



GT 04 | Conflitos Urbanos, Violência e Direito à Cidade

LUTA POR MORADIA: ANÁLISE DOS CONFLITOS NA METRÓPOLE DE CURITIBA ENTRE 2020 E 2024

Simone Polli¹
Giuliano Brizolla²
Aline Sanches³
Carolina Gama⁴
Alessandro Lunelli⁵

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2017, observa-se em Curitiba a recomposição de uma racionalidade tecnocrática na política urbana. Ainda que a retórica da “cidade modelo” tenha sido repaginada, a condução da política habitacional permanece sustentada por fragmentação de iniciativas; dependência de recursos externos; e, centralidade no atendimento à fila, sem diversificação tipológica^{6,7}. Tal padrão deve ser compreendido em articulação com um processo mais amplo de retração institucional em escala nacional: extinção do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades, a paralisação da Faixa 1 do MCMV e o lançamento do Casa Verde e Amarela, que expressam a substituição de uma política de base social por uma lógica de mercado, fundada no crédito e na valorização da propriedade privada⁸. Ainda, alinhado ao governo federal, o executivo paranaense manteve a habitação em patamar

¹ Doutora em Planejamento Urbano e Regional, UTFPR Professora, E-mail: simonep@utfpr.edu.br.

² Graduando em Arquitetura e Urbanismo na UTFPR, Iniciação Científica- Bolsista CNPQ, E-mail: giuliano.brizolla@gmail.com

³ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na FAU-USP. E-mail: sanchesaline@usp.br

⁴ Arquiteta e urbanista pela UTFPR. E-mail: carolina.gamarom@gmail.com.

⁵ Doutorando em Gestão Urbana na PUC-PR. E-mail: luunelli@gmail.com.

⁶ LUNELLI DE PAULA, Alessandro. **Curitiba, cidade em disputa**: tramas da política habitacional de interesse social (2017-2022). 2024. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

⁷ NUNES DA SILVA, Madianita; DA SILVA, Marcele Borges Lemes; VASCO, Kelly Maria Christine Mengarda; FURLAN, Débora Luiza Schumacher; TEXEIRA, Ana Gabriela; CORREIA, Alice Dandara de Assis. **Direito à Cidade e Habitação**: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba. Relatório de pesquisa. Curitiba, 2021.

⁸ FILHO, João Telmo de Oliveira; RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Os Desafios do Estatuto da Cidade frente à inflexão ultra liberal e o desmonte da política urbana brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da FMP**, v. 16, n. 2, p. 117 - 129, 16 dez. 2021.



secundário, priorizando parcerias com o setor privado, como o Moradia Legal e o Casa Fácil, e atuando com baixa articulação com os municípios.

Embora já amplamente discutida, a pandemia de Covid-19 expôs de forma ainda mais evidente a precariedade habitacional e os limites do Estado na garantia de direitos básicos. Mesmo com a promulgação da Lei Federal nº 14.216/2021 que proibiu despejos forçados até outubro de 2022, diversas ocupações em Curitiba e na região metropolitana enfrentaram ameaças de reintegração de posse, em desrespeito ao marco legal. Destaca-se também, no período, a atuação da Comissão de Conflitos Fundiários do Paraná, criada em 2019 e vinculada ao TJ-PR, que passou a mediar conflitos fundiários buscando soluções consensuadas especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Nesse cenário, o presente resumo objetiva analisar os diferentes conflitos por moradia na metrópole de Curitiba no período de 2020 a 2024, relacionando-os às suas motivações e ao contexto político. Para a sistematização dos conflitos, foram utilizados dois métodos complementares de coleta de notícias: o MapCon, sistema vinculado ao Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, e a plataforma de buscas Komo AI. O MapCon funciona como um banco de dados relacional que cataloga protestos segundo objeto, forma de ação, agentes, localização e desdobramentos, a partir da busca automatizada por notícias e por palavras-chave. Já a plataforma de buscas permite personalizar a seleção precisa de termos e fontes, o que possibilitou um volume de resultados com maior precisão temática. Ao final, o MapCon foi utilizado de janeiro de 2020 a setembro de 2021 e de maio a dezembro de 2024, enquanto a Komo AI cobriu o intervalo de novembro de 2021 a abril de 2024. Em ambas as ferramentas, o portal Brasil de Fato Paraná foi a fonte principal identificada.

2. OS CONFLITOS POR MORADIA EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA (2020-2024)

Com a inflexão das políticas públicas, ampliaram-se as ações de ocupação e as de despejo. Em 2020 foram identificados seis protestos, com três ações de ocupação e três de remoção. Destacaram-se a ocupação Vila Nova Esperança, organizada pelo Movimento Popular por Moradia (MPM) em Campo Magro, que mais tarde garantiu na justiça o direito à permanência de 1.200 famílias; e a Ocupação Britanite, no bairro Tatuquara em Curitiba.



Ainda, ocorreram despejos violentos na Santa Cruz em Araucária, Monte União em Almirante Tamandaré e Guaporé⁹ na Cidade Industrial de Curitiba.

Em 2021 houve nove protestos, sendo três ocupações, três remoções, dois atos públicos e uma conferência popular. Destaca-se a remoção parcial da Abraão e da 29 de Outubro, para dar lugar ao Projeto Bairro Novo da Caximba em Curitiba, e também o início da Ocupação Tiradentes 2, organizada pelo MPM. Além disso, em outubro, ocorreu a 1º Conferência Popular de Habitação de Curitiba e Região Metropolitana, com diversas organizações que atuam na luta pela moradia. Por fim, também houve a mobilização indígena em Curitiba pela reabertura da Casa de Passagem e Cultura Indígena, resultando na conquista de um imóvel alugado pela prefeitura de Curitiba.

No ano de 2022 foram catalogados sete protestos, entre os quais se destacam os grandes atos e passeatas contra os despejos forçados. A Campanha Despejo Zero fez manifestações em Curitiba nos meses de março, abril e junho, a fim manter a suspensão das remoções forçadas durante a pandemia no país, resultando na prorrogação até 31 de outubro. Houve a organização da ocupação Povo Sem Medo (Campo do Santana, Curitiba), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e da Fortaleza, na CIC, em um barracão alugado pela Prefeitura e abandonado.

No ano de 2023, foram identificados oito protestos, com sete deles diretamente relacionados à temática da remoção. Destacam-se Povo Sem Medo, removida em janeiro, e Jardim Independência em São José dos Pinhais, com demolição parcial das casas. Os demais protestos ocorreram ao longo do ano como forma de resistência, contra processos de reintegração de posse e com articulação da Campanha Despejo Zero. Além disso, também houve protesto contra o aterro sanitário da Essencis, por seus impactos nas comunidades vizinhas, ampliando o debate entre direito à moradia e justiça ambiental.

Em 2024, com dez protestos registrados, observa-se uma diversificação das formas de mobilização, com destaque para o fortalecimento das assembleias populares. Duas assembleias reuniram moradores e representantes do poder público nas ocupações Vila Joanita e Vila União, evidenciando o protagonismo dos movimentos na interlocução direta com o Estado. Apesar das tentativas de diálogo, ocorreram dois despejos: Tiradentes 2, na CIC, e Resistência Forte, no Campo Comprido. A Campanha Despejo Zero, atuando junto a 33 ocupações urbanas e duas indígenas no Paraná, consolidou-se como principal

⁹ Logo após a desocupação da comunidade Guaporé, realizada em 17 de dezembro de 2025, moradores de outras ocupações abriram as portas às famílias que foram despejadas, dando início a uma nova ocupação chamada “Nova Guaporé 2”.



articuladora da luta pelo direito à moradia, promovendo espaços de organização e fortalecendo estratégias de enfrentamento às remoções forçadas.

3. ANÁLISE DOS CONFLITOS POR MORADIA

Em 2020, o período foi marcado pela insegurança enquanto a COVID-19 se espalhou em Curitiba, iniciando no bairro Centro em direção à periferia¹⁰. Neste período também ampliaram-se as campanhas de doação de alimentos e produção de marmitas. Os assentamentos da Reforma Agrária do interior do Paraná doaram toneladas de alimentos para ocupações urbanas, reafirmando o sentido político da solidariedade, ao cobrarem ações estatais e endossarem a luta contra os despejos.

No período de 2020 a 2024, os conflitos por moradia foram marcados por ações de remoção e novas ocupações urbanas no extremo sul de Curitiba, em bairros como Tatuquara, Umbará, Caximba, que são considerados a nova fronteira de expansão e crescimento urbano da cidade de Curitiba. Na Região Metropolitana os conflitos por moradia atingiram os municípios de Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais e Araucária, pertencentes ao primeiro anel metropolitano de Curitiba.

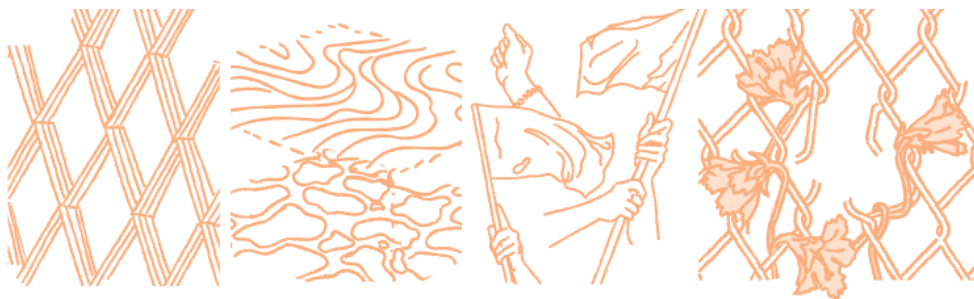
Com o arrefecimento da pandemia e a vacina, a partir de 2022, a luta pelo direito à moradia se apoia também em ações de mobilização em praça pública. As campanhas associadas ao Despejo Zero, as marchas das mulheres, chegando até mesmo à primeira Conferência Popular de Habitação de Curitiba e Região Metropolitana são exemplos de espaços de organização e luta para mudar a paralisação em relação às ações pró-moradia.

A descrição dos conflitos ao longo do tempo (2020-2024) permite observar a falta de políticas adequadas: a Política Habitacional não é uma prioridade no governo de Rafael Greca (Curitiba) ou Ratinho Jr. (Paraná), especialmente se tratando da promoção de políticas de regularização fundiária, seja no campo ou na cidade. Lutar contra a inércia do Estado e pressionar por novas políticas foram bandeiras de luta no período.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protestos do período evidenciam a questão das remoções: das 26 ocupações citadas nos protestos catalogados, 8 foram removidas completamente e 7 parcialmente, e apenas 11 permanecem no território. Num processo de peregrinação de ocupação em

¹⁰ OLIVEIRA, Alcides Augusto Souto de. **Dinâmica espaço-temporal na disseminação da COVID-19 em Curitiba. 2023.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.



ocupação, os moradores e movimentos sociais pressionam por uma solução habitacional que não encontram nas políticas públicas. Essa instabilidade do direito social básico da moradia coloca em risco a vida e a dignidade de muitas pessoas.

O período também evidencia articulações a respeito da temática, com o exemplo da campanha Despejo Zero. Ainda, em alguns protestos observam-se a integração dos moradores das ocupações no sentido de unificarem as suas lutas. Apesar de ocorrerem em diversos pontos da cidade, o problema, as motivações e as soluções são muito semelhantes. O lema “teto, terra e trabalho” tem colaborado no reconhecimento e sentido de unificação das lutas nos movimentos sociais e moradores das periferias e dos trabalhadores do campo.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Alcides Augusto Souto de. **Dinâmica espaço-temporal na disseminação da COVID-19 em Curitiba. 2023.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

FILHO, João Telmo de Oliveira; RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Os Desafios do Estatuto da Cidade frente à inflexão ultra liberal e o desmonte da política urbana brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da FMP**, v. 16, n. 2, p. 117 - 129, 16 dez. 2021.

NUNES DA SILVA, Madianita; DA SILVA, Marcele Borges Lemes; VASCO, Kelly Maria Christine Mengarda; FURLAN, Débora Luiza Schumacher; TEXEIRA, Ana Gabriela; CORREIA, Alice Dandara de Assis. **Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba.** Relatório de pesquisa. Curitiba, 2021.

LUNELLI DE PAULA, Alessandro. **Curitiba, cidade em disputa: tramas da política habitacional de interesse social (2017-2022).** 2024. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.